

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

QUANDO UMA MULHER AVANÇA, O MACHISMO RETROCEDE: A PRÁTICA DO FEMINISMO
COMUNITÁRIO NO COTIDIANO DE MULHERES RURAIS PERTENCENTES DO MST NO SUL
DE MINAS GERAIS

Mariana Martins (UFMG) - marianaj_martins@hotmail.com

Mestranda em administração na linha de Estudos Organizacionais e Sociedade pelo CEPEAD/UFMG. Pesquisadora e bolsista CNPQ do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade

Paula Gontijo Martins (UFMG) - pgontijomartins@gmail.com

Doutoranda em administração na linha de Estudos Organizacionais e Sociedade pelo CEPEAD/UFMG. Pesquisadora e bolsista CAPES do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade

O presente artigo objetiva analisar as práticas cotidianas de mulheres do coletivo Raízes do Campo, segundo o conceito de Feminismo Comunitário proposto por Francesca Gargallo, em seu livro *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*, publicado em 2014. O coletivo Raízes do Campo se encontra no Assentamento Nova Conquista II do Movimento Sem Terra (MST), localizado na zona rural do município de Campo do Meio, Sul de Minas Gerais. Propomos uma aproximação entre a pesquisa de Gargallo sobre a realidade de mulheres indígenas na América de colonização hispânica e mulheres do Movimento Sem Terra, no Brasil, buscando assim identificar convergências e divergências na luta feminista, ou, como define Gargallo (2004, 2014), na luta pela melhoria da vida das mulheres como um todo, luta que busca “desconstruir todos os tipos de práticas misóginas, quanto romper a matriz individualista do igualitarismo de gênero” (GARGALLO, 2014, p. 184).

A iniciativa nasce da proximidade de uma das autoras com o Movimento Sem Terra no Brasil, mais especificamente no Sul de Minas Gerais, e a participação em evento de mulheres em fevereiro de 2018. Por meio do diário de campo, anotações sobre as práticas cotidianas das mulheres e conversas formais e informais com elas, propomos refletir sobre a construção política do corpo e da vida das mulheres no contexto rural brasileiro. Propomos utilizar como categorias de análise e reflexão o conceito de Feminismo Comunitário de Francesca Gargallo, e assim discutir as dimensões corpo e terra, no processo de recuperação e defesa desses territórios expropriados pelo patriarcado ancestral, originário e ocidental (GARGALLO, 2014).

O artigo assim se justifica pela importância de se discutir e refletir sobre as especificidades da condição de mulher pertencentes às comunidades rurais; pela relevância e particularidades do conceito de Feminismo Comunitário para o movimento feminista; e pela tentativa de reflexão e comparação das lutas de mulheres de comunidades rurais no México e na Bolívia com a luta de mulheres no Brasil.

As experiências e práticas do feminismo comunitário se baseiam na proposta de transgredir valores culturais que produzem o feminino, a sujeita mulher pelo colonialismo, neoliberalismo e o patriarcado. Diante disto, temos a ressignificação do ser mulher dentro do contexto rural, tendo como ponto de partida a luta contra a invisibilidade do trabalho da mulher e contra o patriarcado (GARGALLO, 2014). Assim, temos a mobilização de mulheres rurais diante de um contexto de tradicional do protagonismo na figura do homem, onde, a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura familiar, faz com que elas estejam reduzidas ao espaço privado, do cuidado com a casa e com os filhos, tendo algumas tarefas

específicas no trabalho rural e o tendo considerado apenas como ajuda (CARNEIRO, 1987).

O processo que se inicia com a mobilização das mulheres em prol do reconhecimento do seu trabalho no campo, propondo a desconstrução das desigualdades de gênero no meio rural e o acesso das mulheres à vários direitos sociais, como a questão do acesso às políticas públicas, direito à terra, bem como a sua titularidade e autonomia econômica (DEERE, 2002). No caso das lutas das mulheres rurais no Brasil, tal mobilização foi intensificada a partir da década de 1980 durante o processo de redemocratização do país, via aliança dos movimentos das mulheres rurais junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do movimento feminista e de mulheres no Brasil (DEERE, 2004). A partir desta mobilização, as mulheres rurais intensificaram sua luta em prol do reconhecimento da sua cidadania enquanto sujeitas políticas e da profissão como agricultoras, nos espaços de participação política e como produtoras, no ambiente da família (SILIPRANDI, 2011).

A dicotomia posta sobre as mulheres rurais quanto ao seu trabalho na produção e no ambiente doméstico, fez com que elas se mobilizassem também para a promoção de uma identidade coletiva, a qual soma a ocupação socioeconômica da mulher e seu pertencimento ao gênero feminino, criando uma multiplicidade de identidades da mulher rural (CARNEIRO, 1987). Diante disto, para que haja compreensão das condições materiais e os valores ideológicos que estruturam as relações de gênero com as identidades das mulheres é que estas se articulam em prol via militância, somente no sentido político, mas também, nas suas organizações econômicas e de produção (SILVA, 2004).

Pensar as formas organizativas das mulheres rurais, é partir da premissa de que a mobilização delas no campo faz com que alinhem uma formação prática e política-teórica que faça jus às suas reivindicações. Neste sentido, temos espaços que promovem mutuamente a formação em gênero nestes grupos a partir das experiências e vivências das mulheres em seus coletivos (SALES, 2007).

Estarem inseridas em espaços de coletivos faz que a presença da mulher na agricultura promova o fenômeno da “feminização” do lugar, buscando a valorização do seu espaço de atuação com a terra, bem como de sua atuação política e econômica (ESCOBAR, 2005).

No que tange o conceito de Feminismo Comunitário proposto por Gargalo (2014), ele vem destacar o caráter dual, não hierárquico, dialógico e não estático das dimensões território-corpo e território-terra, ou do que é usualmente dicotomizado como homem-mulher e humano-natureza. Aqui, diferimos dual de binário. O dual compõe o todo igualdade de valores, para complementação não hierarquizada, pelo balanceamento fluido em busca de

equilíbrio. Diferença fundamental do binarismo existente nos fundamentos filosóficos ocidentais, influenciados pelo ideal aristotélico da justa medida, equidistante e estático dos polos opostos (GARGALLO, 2014, p. 81). No que tange o território corpo, segundo Gargallo (2014), ele é constituído pela memória corporal e pela memória histórica, ele constitui o primeiro lugar de enunciação (MIGNOLO, 2010). O corpo-território, visto como dual e não binário, rechaça qualquer tipo de leitura essencializada dos corpos e papéis da mulher, ou do homem. Assim, luta-se contra a expropriação histórica dos corpos e de sua sexualidade; rechaça-se o desígnio das mulheres como cuidadoras e reprodutoras; como responsáveis por atividades do rol doméstico; da maternidade obrigatória; ou qualquer outro tipo de atividade de apropria-se do corpo-mulher para fins produtivos e reprodutivos. Reivindica-se democracia na rua, na casa e na cama, ressaltando a impossibilidade de separação entre o público e o privado (GARGALLO, 2014).

No caso das comunidades pertencentes à *Abya Yala*, nome que os povos originários denominavam a região em que viviam, posteriormente batizada como América, Gargallo (2014) enfatiza a importância dos feminismos combaterem a dominação dos corpos pela naturalização do dual como complementar nas culturas ancestrais e originais. Ela destaca que este é um dos maiores desafios do feminismo entre mulheres indígenas, pertencentes a comunidades tradicionais, onde a dicotomia macho e fêmea é assumida como verdade incondicional para todos os seres.

No que tange o território-terra, este é constituído pela memória dos povoados, pelas riquezas e sabedorias advindas do meio natural e da relação homem-natureza. Neste quesito, a terra não é vista como alheia e patrimônio humano. A terra não pode ser compreendida como propriedade. Assim, o Feminismo Comunitário se posiciona como contra a mineração e o saqueio neo transnacional; defende a eliminação da propriedade privada dos meios de produção; defende o reconhecimento do trabalho de todos os tipos, assim como o trabalho doméstico; defende a repartição do trabalho de forma equitativa, conforme as necessidade e capacidades dos entes; e também, defende a valorização dos produtos e benefícios criados pelos seres humanos, como bens comuns e individuais.

O território-terra se vincula ao cuidado e proteção à vida, ao cuidado com o outro, e assim valora a auto organização e educação coletiva dos próprios saberes, a organização do próprio pensamento comunitário, resistente às imposições governamentais urbanas. O Feminismo Comunitário posiciona-se contra o Estado, substituindo-se pelo que intitula de comunidade de comunidades. Comunidade como categoria política de reorganização da sociedade para a construção de um novo tipo de subjetividade comunitária, um novo tipo de

projeto, projeto de libertação coletivo e pessoal, nunca individualista. Feminismo comunitário reconhece a raiz fundante das opressões: o patriarcado conectado com as demais opressões colonialistas, racistas, capitalistas, neoliberais, globalizantes (GARGALLO, 2014, p.158).

Visando alinhar a presença das mulheres rurais via feminismo comunitário no MST por meio do coletivo Raízes da Terra, temos no diário de campo a metodologia utilizada para coleta de dados e conversas formais e informais. A utilização do diário de campo é válida diante da riqueza de dados que o compõem via observação participante e o registro do cotidiano e do não dito das conversas.

O coletivo Raízes da Terra, está inserido nos Assentamentos Nova Conquista II e Primeiro do Sul, os quais deram início ao processo de ocupação e luta pela terra a partir do ano de 1998, da Usina de Ariadnópolis já então inativa. Hoje, considerado o caso mais complexo da reforma agrária no Brasil (BRASIL DE FATO, 2017), tem assentadas mais de 500 famílias em 3.6000 hectares de terra. A militância das mulheres se fez presente no MST e, diante da busca pelos direitos à terra para propriedade e segurança alimentar e nutricional, as mulheres dos assentamentos formaram o coletivo Raízes da Terra para promover a geração de trabalho e renda e a autonomia econômica das mulheres na produção e circuitos de comercialização de modo coletivo. Assim, suas atividades estão voltadas para a produção de hortaliças, plantas medicinais, café e processamento de alimentos.

Com base no diário de campo e a experiência de convívio com as mulheres, destacamos as seguintes questões para serem analisadas segundo as categorias território-corpo e território-terra do feminismo comunitário: segurança alimentar e nutricional, formação política, autonomia econômica, militância e resistência.

Com relação à segurança alimentar e nutricional há grande mobilização do coletivo de mulheres para que todos tenham acesso à alimentos de qualidade e sem uso de agrotóxicos, promovendo a agricultura orgânica e a agroecologia. Além disto, as mulheres são guardiãs das sementes crioulas, sementes que vão geração em geração para que os saberes e a pureza da produção se mantenha. Para isto, elas compartilham momentos de trocas de sementes, visitas de pares para que construam saberes e práticas agrícolas conjuntas e, às quarta-feiras, elas destinam suas atividades na horta de plantas medicinais para a produção de remédios naturais. Na casa de processamento, elas produzem produtos que tem como base os alimentos plantamos na região dos assentamentos para consumo próprio e comercialização. Além da questão da segurança alimentar e nutricional, as mulheres promovem a sustentabilidade da vida e da relação do ser humano com a natureza e, além disso, possui no caráter geracional as práticas do feminismo comunitário em prol dos saberes agrícolas locais.

Com relação a formação política, as mulheres possuem na sua militância a base teórico do feminismo radical socialista e marxista, como é percebido nas palavras de ordem e nos materiais utilizados para formação, formulados pelo próprio MST. “Sem feminismo, não há socialismo!”, “Luta! Construir reforma agrária popular!”. Estas palavras promovem o comunitarismo da terra, causa do movimento, bem como indicam a vertente do mesmo. A formação política das mulheres fazem com que elas tenham conscientização da militância do movimento e do recorte de gênero que o movimento de mulheres rurais do MST possui, principalmente para maior reconhecimento e atuação política e econômica das mulheres. Elas se reúnem semanalmente para formação, além de atuarem em eventos e manifestações, seja da causa da reforma agrária, bem como do movimento feminista, da agroecologia, da agricultura orgânica, educação no campo e outros que sejam à favor de práticas democráticas e coletivistas.

Sobre a autonomia econômica, diante da luta do movimento das mulheres no MST, as integrantes dos Assentamentos Nova Conquista II e Primeiro do Sul, praticando a inserção à prática econômica da agricultura familiar se organizaram e fundaram o coletivo Raízes da Terra no ano de 2014. Para a promoção de geração de trabalho e renda, a autonomia econômica é o que promove a ressignificação do trabalho da mulher no campo, bem como das apropriações do território e de seu corpo, uma vez que, via autonomia econômica, elas conquistam e independência financeira.

Por fim, com relação a militância e resistência, as mulheres atuam ativamente e coletivamente diante da questão da reforma agrária e da posse das terras dos assentados. Fora relatado pela mulheres proteção que elas dão à uma das assentadas mais antigas, ameaça de morte pelos capangas do antigos donos da usina desativada, que ainda vigiam as terras; também, por ações de conflito e confronto com capangas e polícia que destruíram casas e plantações, elas foram força e alicerce umas das outras para a reconstrução de suas vidas e de continuar a luta.

Diante da ressignificação do corpo e do território proposto pelo feminismo comunitário e da militância das mulheres nos assentamentos do MST no Sul de Minas por meio do Coletivo Raízes da Terra, propomos analisar as convergências e divergências entre suas práticas e assim contribuir para a atuação social, política e econômica das mulheres. Pois, segundo o grito de ordem do grupo “quando uma mulher avança, o machismo retrocede!”.

Referências

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 9, 1987, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais, 1987, p. 11-22.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, Jan./Abr. 2004.

DOTTA, R. Sul de Minas: área do MST emprega 80% mais que fazenda de café. **Brasil de Fato**, São Paulo, 30 nov. 2017.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In.: CLACSO. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** p. 69-86.

GARGALLO, F. C. **Feminismos desde Abya Yala.** Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Editorial Corte y Confección, Ciudad de México, 2014.

GARGALLO, F. C. **Las ideas feministas latinoamericanas.** Edição fem-e-livros. México, 2004.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica:** retórica de la modernidad, lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, n. 15, v. 2, p. 437-443, mai./ago. 2007.

SILVA, C. B da. Relações de gênero e subjetividade no devir do MST. **Revista Estudos Feministas**, n. 12, v. 1. p. 269-287, jan./abr. 2004.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. In: Projeto de Cooperação Técnica “**Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentável**”- PCT II PCA/ MDA-NEAD. Unicamp, Campinas, 2011.